

# Câmara Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

## Ata número um

H.  
Susana  
Silva

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada  
no dia treze de janeiro de dois mil e dezasseis

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Mêda, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor Presidente Anselmo Antunes de Sousa, estando presente o Senhor Vice-Presidente Paulo Jorge Santos Dias Esteves e os Senhores Vereadores Paulo Jorge de Lemos Amaral, António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.-----

### **1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**-----

Às dez horas e nove minutos, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

### **2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA** -----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria número seis de doze de janeiro de dois mil e dezasseis, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **5.118,24€** (cinco mil cento e dezoito euros e vinte e quatro centimos) e em **Operações Não Orçamentais** de **312.848,58€** (trezentos e doze mil oitocentos e quarenta e oito euros e cinquenta e oito centimos).-----

**3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, em conformidade com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR ANTÓNIO LOPES:** -----

O Senhor Vereador António Lopes perguntou por que motivo ainda não está resolvida a falta de iluminação no exterior do Pavilhão Gino Desportivo.-----

O Senhor Vice-Presidente informou que não estão a conseguir resolver o problema da humidade nas iluminarias, o que provoca curto-circuito e o constante fundir das lâmpadas.-----

De novo no uso da palavra, o Senhor Vereador António Lopes quis saber em que ponto se encontram os processos judiciais em que a Câmara está envolvida. Perguntou pelo processo da D. Susana Morgado. Quis saber se já houve julgamento e em que ponto é que se encontra. Outro processo era o do Senhor Gilberto Cruz, questionando em que situação é que está.-----

F.  
Susana  
Silva

O **Senhor Presidente** respondeu que relativamente ao processo da D. Susana Morgado, não tem conhecimento de nada. Sobre o processo do Senhor Gilberto Cruz esclareceu que foi metida uma ação por parte da Câmara e que estão a aguardar

**INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR ANTÓNIO CÉSAR:** -----


O **Senhor Vereador António César** deu início à sua intervenção, apresentando as condolências ao Senhor Presidente pelo falecimento da sua sogra, as quais foram extensivas a todo o Executivo.-----

Aludiu à sessão da Assembleia Municipal do passado dia trinta de dezembro de dois mil e quinze, em que o Senhor Presidente foi substituído pelo Sr. Vice-Presidente, o qual, na sua opinião, proferiu várias incoerências que gostaria de ver esclarecidas.-----

Começou por falar na CLDS. Lembrou que em reunião de Câmara foi mencionado, de forma aberta, que a nomeação dos colaboradores que integram o projeto teve um cariz político. Recordou ainda que lhe foi explicado que era necessário existir uma I.P.S.S. envolvida no projeto, mas a Câmara era sem dúvida um elemento fundamental para a vinda desse projeto. Porém, na sessão da Assembleia Municipal foi referido pelo Senhor Vice-Presidente que a Câmara não tinha nada a ver com as nomeações e que não era a entidade mais importante no processo.-----

Falou depois no pagamento de vinte e cinco jantares aquando da assinatura do protocolo entre Associações Portuguesas e Espanholas de Caça Maior, que decorreu no mês de novembro. Sobre este assunto, frisou que o que transpareceu na sessão da Assembleia Municipal foi que houve uma deliberação em que lhe foram imputados os custos dos jantares, o que não é verdade. Acha muito bem que a Câmara tenha chegado ao consenso de oferecer vinte e cinco jantares, mas não pode concordar com o facto de os ter limitado a vinte e cinco quando eram apenas quarenta pessoas.-----

Ressalvou que não estava a pedir nenhum subsídio, mas foi questionado na Assembleia Municipal o porquê de não ser atribuído um subsídio à Associação Apromêda. Gostaria de saber se o motivo da não atribuição do subsídio não será pelo facto de ele fazer parte dessa mesma associação, recordando a resposta dada pelo Senhor Vice-Presidente na Assembleia, o qual passou a citar "(...) Não era pelo facto de ser o Senhor Vereador António César o Presidente, mas havia outras razões que não essas (...)". Referiu que, se não é uma questão pessoal, é uma questão de estratégia para o Concelho. Assim, quis saber qual é a estratégia do Executivo ao não dar apoio à

  
Susana  
Silva

única associação no concelho que faz a gestão do livro genealógico da raça autóctone churra mondegueira.-----

Ainda sobre esta matéria, quis fazer uma ressalva e passou a citar o Senhor Vice-Presidente, quando referiu “(...) que não é pelo facto do Senhor Vereador António César e do Senhor Vereador António Lopes pertencerem à Apromêda que (...)”, esclarecendo que o Senhor Vereador António Lopes não faz parte da Cooperativa Apromêda.-----

Um outro assunto eram os jantares com os Presidentes de Junta de Freguesia. Não percebeu se era uma estratégia do Executivo, ou do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente. Acha que o Senhor Vereador do PSD não está englobado neste campo, mas quis saber qual é a verba efetiva disponível para promover a criação de mais-valias nas juntas de freguesias.-----

Dirigiu-se depois ao Senhor Vereador Paulo Amaral dizendo que não tem presentes as palavras exatas proferidas por um Senhor Deputado Municipal do PSD na Assembleia Municipal, mas acha que foi mais ou menos isto e passou a citar “(...) há situações que são feitas através das reivindicações do Senhor Vereador do PSD (...)”. Gostaria de saber quais são as reivindicações que são feitas por parte do Senhor Vereador do PSD a nível do Executivo.-----

Voltou a dirigir-se ao Senhor Presidente e ao Senhor Vice-Presidente, para falar sobre as piscinas municipais. Lembrou que foi uma questão transversal a três bancadas e que também ele próprio desconhecia, que é o facto de as piscinas municipais, apesar de estarem encerradas dois dias por semana, estarem a gastar mais combustível. Disse que esta questão ficou sem resposta por parte do Senhor Vice-Presidente, indagando se é verdade ou não que as piscinas municipais estão a gastar mais combustível.-----

Abordou depois o tema da educação. Disse não ter percebido bem a resposta dada pelo Senhor Vice-Presidente, mas entendeu que havia um atraso no PDR2020. Expôs que não podem estar à espera de rubricas do PDR2020, ou de apoios daqui e dali, frisando que não há tempo.-----

Proclamou que o Senhor Vice-Presidente, ao desculpar-se com o PDR2020 “sacudiu um bocadinho a água do capote”. Rememorou que este Executivo, sem o PDR2020, ou outras formas de candidatura, já levou a cabo várias obras, dando como exemplo o caminho da Santa Cruz, o qual custou na sua totalidade à Câmara, cerca de cento e

Handwritten signature: Susana Silva

trinta mil euros. O recinto das festas, que considera ser uma obra muito boa para a Sede do Concelho, mas que não era prioritária. A execução de passeios em terrenos privados, em frente ao café “Alameda” e nas zonas adjacentes à escola C+S de Mêda, também não tiveram qualquer participação. Reafirmou que, estar à espera de uma fonte de financiamento para um assunto como a educação não pode ter desculpas.-----

Sobre a dívida contraída pelo Município, disse que o Senhor Vice-Presidente respondeu, na altura, que não foi este Executivo que contraiu a dívida. Recordou e frisou que quem assinou o contrato de empréstimo da dívida, apesar de os Senhores Vereadores do CDS-PP terem votado contra e o Senhor Vereador do PSD viabilizado com a sua abstenção, foi este Executivo. -----

Um outro Ponto era a criação de um lugar de tesoureiro no mapa de pessoal. Disse que o Senhor Vice-Presidente respondeu que foi um lugar criado para o Chefe de Gabinete, uma vez que este se encontra em mobilidade. Na sua opinião, o lugar para o Chefe de Gabinete já estava ressalvado.-----

Por último, gostaria de saber qual o motivo de os líderes de bancada do CDS/PP e do PPM não terem sido convocados para a reunião sobre Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERAE).-----

#### **RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:** -----

Reportando-se às questões suscitadas pelo Senhor Vereador António César, o **Senhor Vice-Presidente**, sobre o CLDS, asseverou que nunca mencionou que a Câmara não tinha responsabilidade. Afirmou que o que disse foi que a seleção dos colaboradores para o projeto não foi feita através de concurso, mas sim por nomeação. Reafirmou que não disse que a Câmara não tinha importância no processo.-----

Sobre os jantares, esclareceu que se limitou a fazer uma resenha do que se tinha passado. Disse que não foi sua intenção onerar o Senhor Vereador António César dos custos ou não custos dos jantares. Reiterou que se limitou a dizer exatamente o que se tinha passado, ou seja, que em reunião de Executivo o Senhor Vereador António César fez uma proposta à Câmara para apoiar a assinatura do protocolo, lembrando o Senhor Vereador de que na altura foi por ele referido que a Câmara não teria qualquer tipo de custos.-----

Explicou que os custos dos jantares resultaram do acordo que foi feito com o

Presidente da Associação de Matilhas de Caça Maior, garantindo que foi isso que foi transmitido em termos de Assembleia.-----

Relativamente à Apromêda, quis deixar uma ressalva, já que entendeu que o Senhor Vereador António Lopes também pertencia aos órgãos sociais da Apromêda, mas pelos vistos o Líder da Bancada do CDS/PP referiu-se ao Clube de Caça e Pesca e não à Apromêda.-----

Sobre a atribuição de um subsídio à Cooperativa Apromêda, reiterou que o que disse e mantém foi que a não atribuição de um subsídio por parte da Câmara a esta Cooperativa nada tem a ver com o facto de o Senhor Vereador António César fazer parte dela. Informou que o pedido está a ser analisado e a seu tempo será dada uma resposta.-----

Acerca das Juntas de Freguesia, disse que o valor a atribuir a cada Junta de Freguesia, em termos de orçamento, resulta de negociações com os Presidentes de Junta, os quais fizeram algumas reivindicações que ficaram refletidas, em termos de orçamento, num todo. -----

Esclareceu que o aumento da despesa com o consumo de gás nas piscinas é uma perspetiva meramente orçamental, caso haja um inverno mais rigoroso.-----


Sobre a educação, frisou que não se desculpou com o PDR2020. Esclareceu que o que ele disse foi que a rubrica para o abandono escolar estava a zero por causa do PDR2020, ou seja, são medidas que vão ser efetuadas através da CIM, para a qual ainda não existem verbas disponíveis.-----

Explicou que é uma rubrica que nada tem a ver com a educação, mas sim com rubricas específicas de abandono escolar.-----

Enfatizou que não foi este Executivo que contraiu a dívida. Explicou que o que foi feito foi contrair um empréstimo, com o objetivo de liquidar dívida que já vinha de anteriores Executivos. -----

Relativamente à criação de um lugar de Coordenador Técnico no mapa de pessoal, disse que é uma opção política para o cargo de Chefe de Gabinete, o qual entendem que deve estar vago.-----

Finalizou, dizendo que não acompanhou o processo de convocação dos líderes de bancada para a reunião sobre o Regime Extraordinário da Regularização de Atividades

  
Susana  
Silva

JJ.  
Gusacua  
Silva

Económicas (RERAE), mas a informação de que dispõem é que foram convocados todos os líderes.-----

No uso da palavra, o **Senhor Vereador António César** dirigiu-se ao Senhor Presidente, querendo saber quais são as dúvidas para não apoiar uma Associação como a Apromêda. Questionou se o Senhor Presidente considera ou não a Associação Apromêda relevante para o Concelho e se acha que ela pode ter um papel fundamental e crucial no desenvolvimento da agricultura, nomeadamente na produção agropecuária e nos pastores.-----

Sobre as Juntas, disse ter conhecimento de que há um montante para dividir sem os jantares. Gostaria de saber, com os jantares que o Senhor Presidente está a promover com os Presidentes de Junta, qual é o montante que tem para dividir.-----

Rememorou que as piscinas não devem estar fechadas. As piscinas têm que estar abertas, porque há pessoas que pagam mensalidades e querem usufruir das piscinas durante a época toda e não estão a usufruir.-----


Sobre a educação, percebeu que a rubrica para abandono escolar nada tem a ver com a rubrica da educação, questionando de seguida se têm alguma coisa em mente para fazer sobre a educação, independentemente do PDR2020.-----

Sobre a dívida, disse que não vale a pena fazer mais perguntas. Explicou que o que abateram foi uma dívida contraída com um *spread* de 0,5% e passaram para um de 5,5%. Quanto ao valor total da dívida, referiu que nem todo foi utilizado para amortizar dívida anterior, uma vez que houve dívidas que já foram contraídas pelo Senhor Presidente.-----

No uso da palavra, o **Senhor Presidente** disse que considera que a Apromêda tem um papel crucial para o desenvolvimento do Concelho e para os pastores. Tem conhecimento que estas Associações têm fundos próprios; assim, entende que a Câmara deve apoiar as Associações, mas dando prioridade às que não têm fundos próprios, o que não é o caso.-----

Sobre a educação, informou que estão a apoiar como sempre apoiaram e irão continuar a apoiar.-----

Relativamente à dívida, explicou que o que foi feito foi um empréstimo para saneamento financeiro, o que é muito diferente de um empréstimo. -----

  
Susana  
Silva

No uso da palavra, o **Senhor Vereador Paulo Amaral** respondeu ao Senhor Vereador António César que não ouviu o Senhor Deputado Municipal da bancada dos PSD proferir a palavra “reivindicação”. Disse que, como Vereador, pensa que tem tido um papel correto dentro daquilo que acha possível desenvolver para o Concelho.-----

Sobre os jantares com os Presidentes de Junta, considera que são uma mera questão pessoal. São mais forças de convívio do que propriamente forças de influência.-----

#### **4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

##### **APROVAÇÃO DE ATAS -----**

O Senhor Presidente submeteu à votação a ata número vinte e cinco, de dois mil e quinze, de vinte e três de dezembro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade.-----

##### **PONTO 1 – 33ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PARA A DEVIDA RATIFICAÇÃO; -----**

I – A Câmara por maioria dos presentes, com os votos contra dos Senhores Vereadores António Lopes e António César deliberou ratificar a trigésima terceira alteração orçamental no valor de vinte e nove mil e novecentos euros.-----


De acordo com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea d), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara Municipal é o órgão competente para aprovar as Alterações Orçamentais solicitadas.-----

Os documentos em causa dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em pasta anexa ao Livro das Atas, nos termos do número um, do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de agosto.-----

II - Os **Senhores Vereadores António Lopes e António César** apresentaram justificação conforme consta na ata número vinte dois de dois mil e catorze, deliberação número duzentos e sessenta e sete, respeitante à reunião ordinária realizada em vinte e nove de outubro e cujos fundamentos se dão aqui por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos.-----

##### **PONTO 2 – PROPOSTA N.º 1/2016 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO**

##### **PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO; -----**

  
Susana  
Gilva

I – Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da ordem de trabalhos.-----

**PONTO 3 – PROPOSTA N.º 2/2016 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO REFERENTE A CONTRAPARTIDA PÚBLICA NACIONAL – “PROJETO ÂNCORA PÚBLICOS IMATERIAIS”;**-----

I – Relativamente ao assunto em apreciação, o **Senhor Vereador António César** disse abster-se devido a casos passados e não são poucos. Sabe que a Câmara é sempre onerada em quotas e adiantamentos e depois constata que as mais-valias e a criação de riquezas vai para outros Concelhos. Por todas essas dúvidas abstém-se. -----

II – A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador António César mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** aprovar a atribuição de um subsídio como reforço no valor de quatro mil euros para suporte de despesas de Participação Pública Nacional que assegure as despesas de funcionamento até aprovação e funcionamento do novo Quadro Comunitário 2020.-----

**PONTO 4 – INFORMAÇÃO N.º 02/SOM;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a revisão de preços definitiva no valor de seis mil setecentos e cinquenta e cinco euros e onze cêntimos da obra beneficiação do caminho agrícola do Saparejo.-----

**PONTO 5 – INFORMAÇÃO N.º 03/SOM;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a revisão de preços definitiva no valor de (-) onze mil sessenta e três euros e trinta e quatro cêntimos da obra beneficiação do caminho rural Longroiva – Quinta do Falhas.-----

**PONTO 6 – INFORMAÇÃO N.º 04/SOM;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de liberação de caução de trinta por cento da garantia prestada para o bom cumprimento do contrato da empreitada beneficiação do caminho agrícola Vale do Pereiro - Cornalheira.-----

**PONTO 7 – INFORMAÇÃO N.º 05/SOM;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de liberação de caução de quarenta e cinco por cento da garantia prestada para o bom cumprimento do contrato da empreitada beneficiação da E.N.-1, EN331/limite do concelho.-----

**PONTO 8 – INFORMAÇÃO N.º 06/SOM;**-----



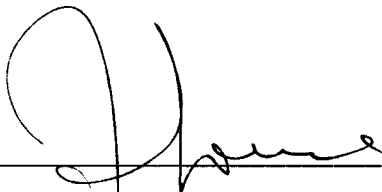
I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de liberação de caução de trinta por cento da garantia prestada para o bom cumprimento do contrato da empreitada beneficiação e pavimentação do caminho rural Vale do Olmo – E.N. 102.---

**PONTO 9 – INFORMAÇÃO N.º 07/SOM:**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de liberação de caução de quinze por cento da garantia prestada para o bom cumprimento do contrato da empreitada demolição de pavilhão do antigo mercado municipal.-----

**5 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos Susana Maria Borrego Silva.

  
-----  
Susana Maria Borrego Silva  
-----